

**Educação Financeira entre os empresários juniores
da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Bahia)**

***Financial Education among junior entrepreneurs
of the Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Bahia state)***

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.872>

**Heloisa Querino dos Santos¹
Alfredo Dib²**

Resumo: O objetivo neste estudo é auferir os conhecimentos dos empresários juniores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sobre a Educação Financeira. Os conceitos da Educação Financeira podem ser aplicados no dia a dia como, por exemplo, na compra de um bem ou serviço, nos juros da compra no cartão de crédito, na análise para a realização de um investimento e no planejamento para a aposentadoria, *etc.* É ainda educar a ação no trato das finanças pessoais e deve ser desenvolvida de forma gradual e constante. Entretanto, ainda não é um tema abordado em todas as escolas do Brasil, apesar de ser uma exigência legal. Os indicadores não mostram uma sociedade educada financeiramente, inclusive entre os jovens. Dessa forma, o problema da pesquisa é se há reflexo da atividade dos empresários juniores no gerenciamento de suas finanças pessoais. A metodologia é de natureza aplicada, de caráter exploratório com levantamento bibliográfico combinada à aplicação de questionário. Na análise percebeu-se que a atividade dos empresários juniores tem mais reflexo para os integrantes de empresas voltadas à gestão empresarial do que às demais áreas do conhecimento. Conclui-se que a ação da empresa júnior tem impacto na gestão financeira pessoal dos empresários juniores por expor os mesmos em um ambiente que trabalha com linguagem financeira tanto na execução dos projetos, quanto na gestão da própria empresa.

Palavras-chave: Crédito. Educação financeira. Endividamento. Planejamento financeiro. Movimento Empresa Júnior.

Abstract: The objective in this study is to present the knowledge of junior entrepreneurs of the State University of Santa Cruz (UESC) on Financial Education. Financial Education concepts can be applied day by day as, for example, on purchase of a good or service, interest on credit card purchase, investment performance analysis and retirement planning, *etc.* It is also to educate an action in the state of personal finances and it must be developed gradually and steadily. However, it is still not a topic addressed in all schools in Brazil, despite being a legal requirement. The indicators do not show a financially educated society, including among young people. Thus, the research problem reflects the activity of junior entrepreneurs in the management of their personal finances. The methodology is of an applied nature, of an exploratory character with bibliographic information combined with application of questionnaires. In the analysis, it was noticed that the activity of junior entrepreneurs has more impact on the members of companies focused on business management than on other areas of knowledge. It was concluded that a junior company action has an impact on the personal financial management of junior entrepreneurs by exposing them in an environment that works with financial language both in the execution of projects and in the management of the company itself.

Keywords: Credit. Financial education. Indebtedness. Financial planning. Junior Company Movement.

Artigo recebido em 22/10/2020. Aceito em 16/4/2021.

¹ Graduanda em Administração na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e bolsista pelo CNPq no Programa de Iniciação Científica da UESC (2019-2020). E-mail: hqsantos.adt@uesc.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5732-4936>

² Doutor em Economia pela Universidade do Porto (U.Porto, Portugal). Pós-Doutor pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES), atuando no Mestrado Acadêmico *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM) da UESC. E-mail: aadib@uesc.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8936-5791>

Introdução

O Movimento Empresa Júnior (MEJ) é um projeto de extensão no ensino superior que foi criado em 1967 na França e hoje está presente em universidades ao redor do mundo, inclusive no Brasil (aqui sendo regulamentado pela Lei nº 13.267/2016). Diante da necessidade de colocar em prática o que se aprende em sala de aula, o MEJ desempenha o papel de promover um ambiente de vivência empresarial, em que seus empresários juniores buscam desenvolver habilidades através da execução de projetos de consultoria em diversas áreas do conhecimento. Seus clientes, em sua maioria, são donos de micro e pequenas empresas locais, que enfrentam desafios cotidianos na gestão do seu empreendimento, principalmente relacionados às finanças da empresa, buscando orientações técnicas que facilitem o direcionamento para a resolução desses problemas.

Em 2010, através do Decreto Federal 7397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada com o objetivo de “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (BRASIL, não paginado). Já em 2019, o Banco Central do Brasil divulgou o projeto *Aprender Valor* – “a ação tem como objetivo levar a educação financeira para as escolas públicas do ensino fundamental de todo o país segundo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (BCB, 2019, não paginado). Entretanto, as ações ainda não obtiveram resultados expressivos. Segundo o estudo da série Cidadania Financeira sobre Educação, Proteção e Inclusão (BCB, 2017), 63% dos homens consideram o seu conhecimento sobre finanças fraco ou mediano e, dentre as mulheres, cerca de 75% o consideram como muito fraco ou mediano.

Embora a lei exija a Educação Financeira como conteúdo curricular, ainda não é um tema abordado em todas as escolas do país e “a falta de conhecimento financeiro também atinge a didática da educação de nível superior, uma vez que há dificuldades por parte do aluno em entender assuntos que até então nunca tinha tido conhecimento na vida escolar anteriormente”. (CARVALHO; SCHOLZ, 2019, p. 104). Surge, então, o questionamento sobre o reflexo da vivência empresarial na gestão financeira pessoal dos empresários juniores que são jovens universitários e que realizam, dentre outros, serviços relacionados às finanças.

Sendo assim, a questão problema deste estudo é: existe relação entre a vivência empresarial e gestão das finanças pessoais dos empresários juniores participantes desta pesquisa? A problemática contribui para o entendimento da contribuição da atividade de extensão para a vida, não só profissional, mas pessoal dos graduandos participantes. O objetivo geral do presente trabalho é auferir os conhecimentos dos empresários juniores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sobre conceitos da Educação Financeira.

Além desta introdução, o estudo é composto por mais quatro seções. A segunda seção é a revisão de literatura que busca destacar os principais conceitos relacionados à Educação Financeira no Brasil, juntamente aos indicadores de uso do crédito e endividamento nacionais. A terceira seção descreve a metodologia que fora utilizada, bem como a apresentação do objeto de estudo que são os empresários juniores. Em seguida, na quarta seção, tem-se a apresentação dos resultados e discussão concernente à pesquisa realizada. Por fim apresentam-se as considerações finais no que se refere as implicações da pesquisa e sugestões para sua ampliação com estudos posteriores na área e as referências bibliográficas que foram utilizadas na elaboração do texto.

1. Revisão de literatura

A ausência do conhecimento na gestão das finanças pessoais resulta na falta de percepção financeira do indivíduo, o que dificulta as tomadas de decisões de forma assertiva. As três subseções seguintes buscam dar sustentação teórico-conceitual a afirmação anterior, ao abordarem a educação financeira, o uso do crédito e o endividamento no Brasil.

1.1. Educação Financeira

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005, não paginado), a Educação Financeira pode ser definida como o:

processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro.

A ênfase no indivíduo e na sociedade é o entendimento que a educação financeira é “o processo de gestão dos recursos financeiros de um indivíduo ou de uma família, objetivando a construção de uma vida financeiramente tranquila, tanto na fase produtiva, quanto na aposentadoria” (MARQUES; CORREA NETO, 2016, p. 3). Pires (2007, p. 13) ainda destaca que:

numa economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos (força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo) com a finalidade de obter dinheiro e crédito. Como ganhar bem e como gastar bem, em síntese, é o problema com que lidam as finanças pessoais.

Por tanto, defendemos que a Educação Financeira é o processo de educar a ação para as tomadas de decisões financeiras utilizando os pilares que fundamentam a saúde das finanças pessoais. Esses pilares contribuem para a construção de uma vida financeira que busca crescimento real no decorrer do tempo.

Para a melhor administração financeira, um dos primeiros passos é o planejamento, que consiste “na definição de ações no presente para alcançar objetivos futuros” (MARQUES; CORREA NETO, 2016, p. 20). Por exemplo, uma família deseja adquirir a casa própria (este é o objetivo) define que precisa poupar 20% da renda mensal (mensurável) por um período de 5 anos (prazo) e a cada trimestre avaliarão os resultados revisando o plano inicial. O planejamento pode ser estabelecido de curto (até um ano), médio (de dois a cinco anos) ou longo prazo (acima de cinco anos) e as definições são interligadas atendendo às demandas, ajustes e realidade de cada período.

O segundo fundamento é o controle financeiro, que deve ser realizado com periodicidade estabelecida a fim de obter a percepção financeira. Consiste na verificação do planejamento estabelecido, como o cumprimento dos prazos, a poupança da quantia estabelecida, ou ainda, o teto de gastos. A partir do controle financeiro é possível analisar os resultados e identificar os pontos que precisam ser aprimorados.

O investimento é o terceiro fundamento e é a partir dele que os resultados do trabalho, realizado no presente, podem ser aumentados para o futuro. No livro intitulado *O Homem Mais Rico da Babilônia*, Guerra (2017 [1926], p. 46) ressalta: “Ter dinheiro guardado é gratificante e pode alegrar uma alma avarenta, mas isso não leva a nada”. Investir, portanto, é aplicar parte da renda, seja em renda fixa, seja em renda variável, para que o dinheiro não perca valor no tempo. Antes pelo contrário, que ele cresça decorrente das decisões tomadas e seja desfrutado tanto nos próximos anos quanto de forma previdente. Marques e Correia Neto (2016, p. 144) descrevem a previdência como “preparar-se financeiramente para o futuro, no que se refere a assegurar renda adequada às necessidades de consumo e/ou para construir um patrimônio almejado”.

1.2. Uso do crédito

Cerbasi (2015, p. 74) destaca que para os que acreditam que só precisam ter cuidado com os gastos e investimentos nas finanças pessoais, necessitam se atentar para uma coisa: “nada é mais importante em sua vida financeira do que seu crédito”. Segundo o relatório da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) publicado em dezembro de 2020, em novembro 42,9% das famílias brasileiras estavam com as contas em atraso por mais de noventa dias, enquanto 44,8% declararam que não tiveram condições de pagar contas em atraso. Isso significa que essas famílias terão dificuldades para tomar crédito enquanto não saldarem suas dívidas para atingir seus objetivos financeiros.

Segundo o Serasa (n.d.), ter crédito significa que as empresas e instituições financeiras creditam confiança de que o tomador do crédito poderá pagar as contas em dia. Para isso, é feita a análise que é baseada no histórico do uso do crédito de cada pessoa, se está com as contas em dia, se o tomador já está endividado e como é o relacionamento dessa pessoa com as empresas. O crédito é uma importante ferramenta para alcançar os objetivos financeiros e pode ser usado, inclusive, se alguma emergência surgir. Mas se o histórico não apresentar confiança de que essa pessoa tem capacidade de pagamento, não poderá usufruir destes benefícios.

O cartão de crédito é a forma mais utilizada nesta modalidade e também é a maior responsável pelas dívidas em atraso. Segundo a PEIC (2020), o cartão de crédito é o tipo de dívida de mais de 79% dos endividados em dezembro de 2020, sendo que a média deste indicador é de 75,5%, permanecendo neste patamar desde que começou a ser mensurado em 2010. Cerbasi (2015, p. 95) salienta que o uso dessa ferramenta “passa a ser nocivo quando consideramos difícil ou desgastante honrar os compromissos assumidos no passado, ou quando se passa a recorrer frequentemente a pequenas ajudas financeiras para manter as contas em dia”. Em contrapartida, destaca que o bom uso do cartão de crédito consiste no pagamento das faturas em dia e na concentração dos gastos no cartão para melhorar o histórico, para que a pessoa possa começar a usufruir das vantagens ofertadas para uma minoria de usuários que sabem administrar bem essa forma de crédito.

1.3. Endividamento no Brasil

A economia brasileira passou por mudanças substanciais. Três forças promotoras dessas mudanças se destacaram: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias/institucionais de caráter neoliberal (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Em especial, na década de 1990, com o começo da reorientação do papel do Estado na promoção de serviços, bens e proteção aos indivíduos, ocorreu o equilíbrio inflacionário e estabilização da moeda nacional, gerando maior necessidade de responsabilidade da população pela gestão das suas finanças pessoais. Apesar do surgimento desta nova demanda, “as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1125) e “perante essa falta de orientação financeira que a sociedade se encontra, observa-se o aumento de famílias brasileiras endividadas que não sabem como administrar e aplicar suas rendas de forma cautelosa e positiva” (CARVALHO; SCHOLZ, 2019, p. 104).

No artigo intitulado de Endividamento das Famílias no Brasil: Aspectos Econômicos e Financeiros, Marcília Carvalho (2016 p. 8) define uma pessoa endividada como àquela que “desfruta de bens e serviços com recursos de terceiros para satisfazer seu padrão de consumo, ou seja, não possui os recursos próprios de imediato e recorre a recursos alheios acreditando em recursos próprios futuros para pagamento posterior”.

Segundo o relatório da PEIC (2020), no Brasil cerca de 65,1% das famílias estavam endividadas nesse ano, sendo que 40,1% declararam não ter condições de pagar as dívidas em atraso no mês de fevereiro de 2021. No mês de agosto de 2020 esse índice chegou a 67,5%, justificado, dentre outros fatores, pela crise com a pandemia do novo coronavírus. Desde que a PEIC começou a ser feita, em 2010, o menor índice de famílias endividadas foi de 54%, em junho de 2010, em que o maior percentual foram de dívidas com o cartão de crédito. A população brasileira tem enfrentado o endividamento decorrente de decisões tomadas no passado que não conseguem cumprir no presente. Isso com o cartão de crédito, financiamento de casa ou automóvel, carnês ou outros, o endividamento é real. Sem contar o empréstimo informal, aquele em que um parente ou amigo empresta dinheiro sem precisar de uma instituição para mediar o acordo.

Quando o assunto é poupar, a realidade é semelhantemente desanimadora. Uma pesquisa realizada em agosto de 2019 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostra que, de cada dez brasileiros, apenas três conseguiram poupar algum dinheiro, o que representa menos da metade da população. Quanto a

utilização de crédito, a expansão da oferta é considerável nos últimos anos, o que é importante para a alavancagem empresarial e para objetivos pessoais. “Isso permitiu maior acesso a produtos e serviços, porém, menor preocupação com investimento e poupança, impactando diretamente o desenvolvimento e desempenho da atividade econômica” (IVO *et al.*, 2015, p. 160) e sem a implementação conjunta de políticas de Educação Financeira, houve aumento do uso de crédito além da capacidade de pagamento, resultando no acúmulo das dívidas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o país passou por grande desestabilidade econômica com elevação dos índices inflacionários a números recordes. Isso fazia com que a população, assim que recebia o salário, corresse para os mercados para fazer a compra do mês, pois diariamente os preços subiam e o poder de compra diminuía. Nesse cenário, era quase impossível realizar planejamento financeiro para estabelecer objetivos no longo prazo, já que não se tinha certeza dos próximos passos da economia. Esta falta de planejamento é refletida nos dias atuais, em que, com a justificativa de que as parcelas cabem no bolso, os consumidores descartam a possibilidade de economizar determinada quantia para adquirir o bem desejado à vista e sem a incidência de juros. Isso revela a falta de percepção financeira (CERBASI, 2016) e o senso de imediatismo para o consumo. Neste sentido, Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1124) destacam que:

em um processo inflacionário, o curto prazo é a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio. A escolha de ativos reais e a procura por liquidez tendem a tornar essas decisões imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. Desse modo, passa-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança a longo prazo.

A hiperinflação foi controlada e as políticas neoliberais possibilitaram uma nova forma de lidar com as finanças pessoais com a perspectiva de longo prazo e o vislumbre de estabelecer objetivos financeiros mais bem definidos. Em conjunto, houve a liberação de crédito e o aumento do incentivo ao consumo sem uma reorientação adequada de planejamento financeiro. O resultado é percebido através das pesquisas que calculam o índice de endividamento, com a maioria da população com as contas em atraso.

2. Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada é de natureza aplicada e de caráter exploratório, com levantamento de dados bibliográficos: artigos acadêmicos, pesquisas publicadas em *sites* governamentais, tais como indicadores de órgãos públicos e livros. A revisão de literatura foi realizada com foco nos fatores que ocasionam o endividamento, bem como nas formas de crédito disponíveis para este público e os movimentos da Escola Nacional de Educação Financeira no país (ENEF). Para a realização deste trabalho, foram utilizados conceitos de Lakatos e Marconi (2003) para direcionamento de metodologia científica, além de livros sobre Educação Financeira.

No primeiro momento, foi realizada uma série de pesquisas documentais em monografias, artigos científicos e documentos com conteúdo para as escolas de ensino fundamental e médio disponibilizados pela ENEF. Em conjunto a isso, foi realizado o acompanhamento de indicadores selecionados de órgãos públicos que apresentam os resultados de endividamento, uso de crédito e capacidade de poupança da população brasileira para buscar relações entre a falta de implementação efetiva das políticas de Educação Financeira nas escolas e os resultados dos indicadores.

Os participantes desta pesquisa são estudantes de graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), da cidade de Ilhéus, estado da Bahia, especificamente os empresários juniores, integrantes do Movimento Empresa Júnior (MEJ) que é um projeto de extensão de amplitude mundial, cujo objetivo é promover a vivência profissional do estudante de graduação na preparação deste para o mercado de trabalho (BRASIL JÚNIOR, n.d.). O MEJ surgiu na França em 1967 e logo se expandiu para o mundo e chegou ao Brasil em 1987, tornando-o o país que mais oferece resultados na rede por anos seguidos, capacitando milhares de jovens e colocando no mercado de trabalho profissionais com vivência empresarial em diversas áreas de conhecimento.

Na UESC, sete empresas juniores estavam devidamente cadastradas até agosto de 2019. Elas atendem clientes em diversos nichos de mercado, oferecendo serviços de consultoria empresarial, tradução de texto em relações internacionais, desenvolvimento de projetos de engenharia e de tecnologias, além de projetos de comunicação visual. O que essas empresas têm em comum é que os participantes desenvolvem habilidades tanto ao realizarem os projetos quanto ao participarem da gestão da própria empresa júnior, realizando atividades de precificação, gestão de recursos, planejamento financeiro, dentre outros. Dessa forma, começam a ter contato com assuntos que fazem parte da Educação Financeira, já que “é necessário que estes que estão lidando com o mundo da administração comecem a mostrar a mudança de parâmetro na sociedade brasileira, marcada por uma

cultura de consumo sem planejamento.” (SILVA; PAIXÃO; MOTA, 2014, p. 15). Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa é entender como os empresários juniores lidam com os conceitos da Educação Financeira, bem como se a atividade na empresa júnior e os diferentes segmentos das empresas influenciam neste conhecimento.

Em seguida, foi elaborado um questionário “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 201). Este foi composto por trinta (30) questões, das quais, as doze primeiras são para a identificação do perfil socioeconômico do respondente, as dezoito seguintes são para auferir a percepção financeira pessoal e para identificar os conhecimentos sobre Educação Financeira, e, a última questão, para apontamentos de críticas, sugestões e comentários. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UESC) por se tratar de uma pesquisa que tem como objeto de estudo seres humanos e foi financiado com uma bolsa de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Depois de aprovado, o questionário foi aplicado nos turnos matutino e vespertino segundo os dias e horários acordados com os participantes da pesquisa entre os meses de agosto de 2019 e janeiro de 2020.

“Após a coleta dos dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, eles são elaborados e classificados de forma sistemática. Antes da análise e interpretação, os dados devem seguir os seguintes passos: seleção, codificação, tabulação”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 166). A tabulação foi feita com a categorização das questões seguidas das respectivas respostas em abas separadas e o tratamento dos dados foi feito tanto por empresa júnior, para posterior apresentação às mesmas, quanto por questões gerais para se ter uma compreensão completa dos resultados.

3. Apresentação dos resultados e discussões

Na compreensão de Lakatos e Marconi (2003, p. 168): “na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações”. Desta feita, segue a apresentação dos resultados com a interpretação dos mesmos.

Nesta pesquisa os participantes são identificados por números de 1 a 91, que representa a quantidade de empresários juniores que responderam à pesquisa. É importante destacar que a identidade das empresas juniores, bem como dos respondentes será preservada conforme acordado no termo de anuência assinado pelas partes. Para contribuir com a compreensão da apresentação dos dados, as empresas serão citadas por números do 1 ao 7, por exemplo: “Empresa 1” ou “Empresa 3”.

As áreas de atuação das empresas são: consultoria empresarial, projetos de engenharia e arquitetura, tecnologia no desenvolvimento de programas e otimização de sistemas, comunicação e identidade visual, relações internacionais, consultoria agropecuária e ambiental, além de engenharia de produção.

O perfil dos respondentes da pesquisa é de idade entre 18 e 39 anos, sendo que 86% têm até 23 anos. Daqueles, 38% são do sexo feminino e 62% do sexo masculino, com destaque para uma empresa estritamente relacionada ao desenvolvimento de tecnologias que possui 100% do quadro de membros do sexo masculino. O Coeficiente de Rendimento Acadêmico Acumulado (CRAA) médio dos participantes é 7,52 – classificando-se como resultado mediano – e os turnos de estudo predominantes são o matutino e o vespertino. Ainda, 54% moram com seus familiares e 35% moram com estudantes, seja da mesma universidade, seja de outras localizadas no eixo Ilhéus/Itabuna.

Quando perguntados sobre a participação na vida econômica da família, 43% informaram receber alguma bolsa (em dinheiro) que ajuda a custear parte ou o total de suas despesas. Essas bolsas são vinculadas a projetos de Iniciação Científica, em que o estudante desenvolve estudos em diversas áreas de conhecimento; e ao Auxílio Permanência, que, segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, “é um programa de assistência estudantil, criado pelo Governo do Estado, para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESB e UESC)” (Bahia, 2021, não paginado), que 35,2% dos respondentes informaram receber. Os que não possuem mesada são 32% e seus gastos são custeados conforme a necessidade, enquanto 24% recebem uma mesada fixa com a qual têm que pagar suas contas. Apenas 7% informaram que trabalham, mas não se consideram independentes financeiramente.

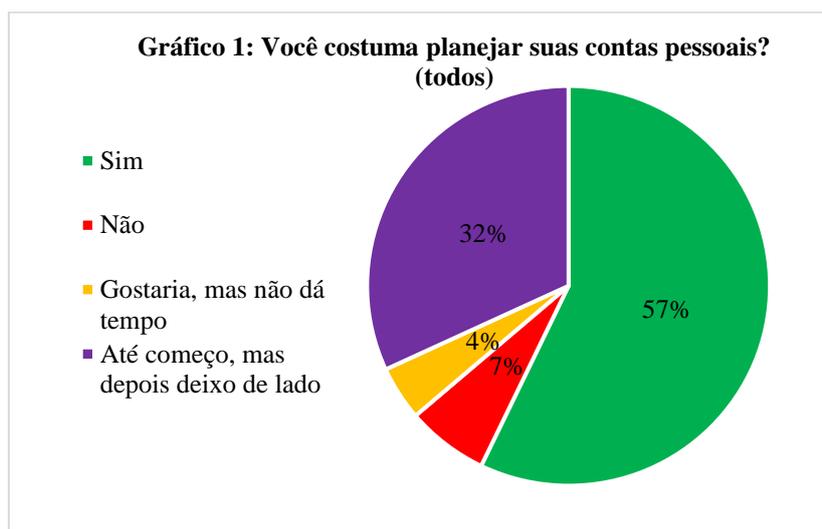
Somente 10% informaram já terem participado de algum curso sobre Educação Financeira. Sobre os assuntos abordados, destacaram-se os de controle de gastos, planejamento financeiro e investimentos em renda variável como *day-trade*, fundos de investimentos imobiliários (FIIs) e investimentos de longo prazo. Sobre seu significado de Educação Financeira, 88% responderam já terem ouvido falar e a maioria respondeu de forma coerente, mesmo aqueles que disseram não ter ouvido falar sobre o tema:

(1) “O ato de planejar, controlar e utilizar o dinheiro de uma forma em que se possa ganhar mais, gastar bem e investir” (Respondente 18).

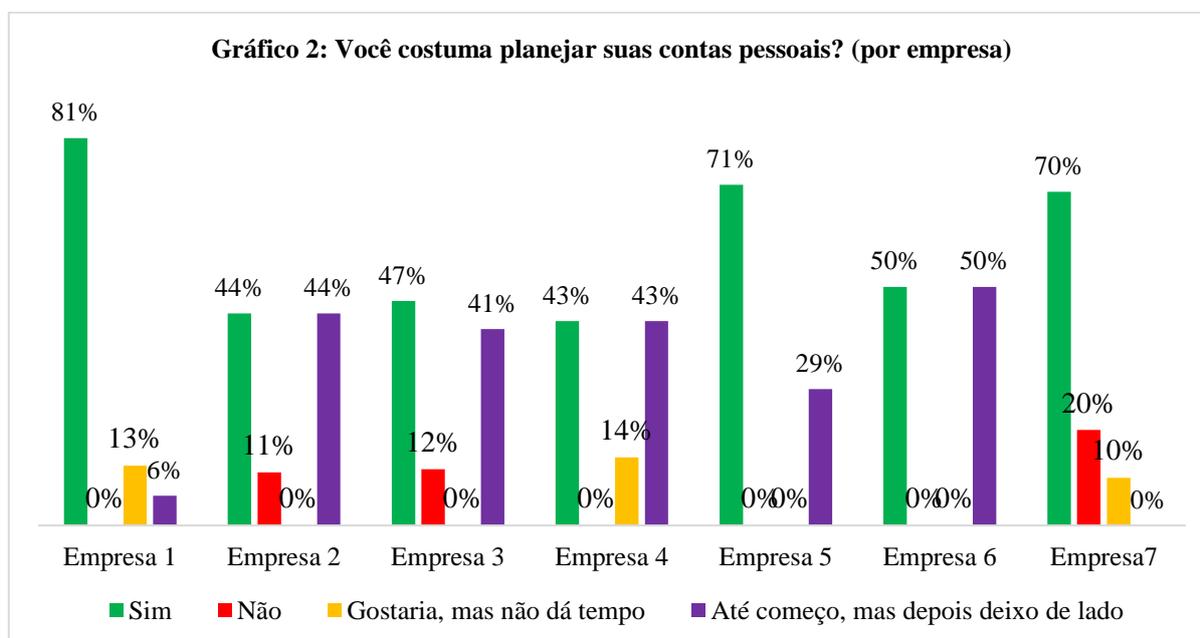
(2) “Acredito que seja a forma como nos organizamos a respeito dos nossos gastos atuais e futuros” (Respondente 25).

(3) “Para mim a Educação Financeira é a instrução para o controle de gastos, economia e consumo consciente” (Respondente 42).

Apesar de saberem o significado da Educação Financeira, apenas 57% de todos os participantes disseram que planejam suas contas (gráfico 1), seja por falta de tempo, porque começam sem prosseguir. As empresas 1, 5 e 7 apresentaram resultados mais satisfatórios, com destaque para a empresa 1, em que 81% dos participantes declararam planejar as suas contas pessoais (gráfico 2).

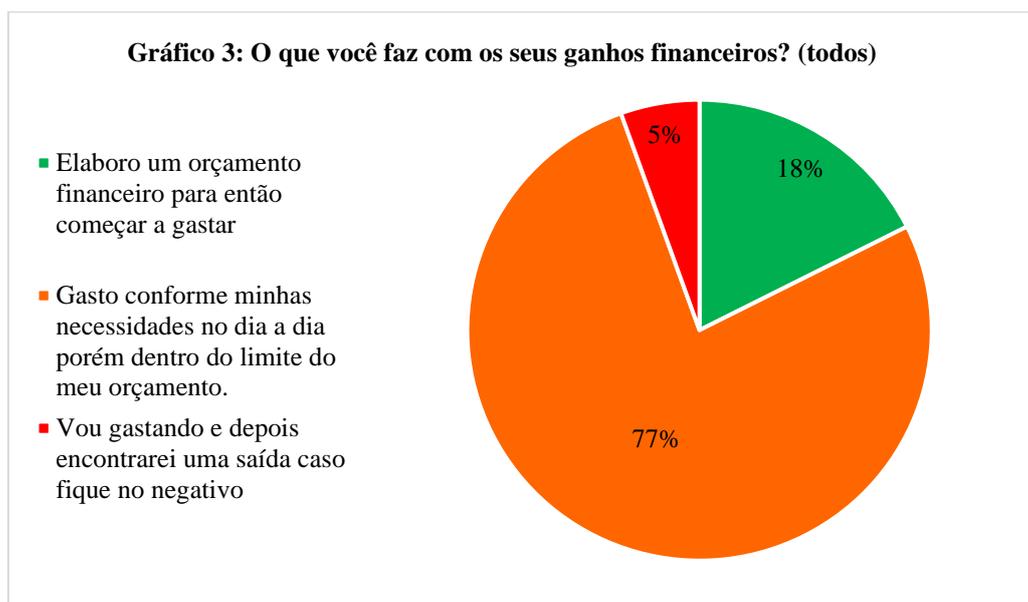


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

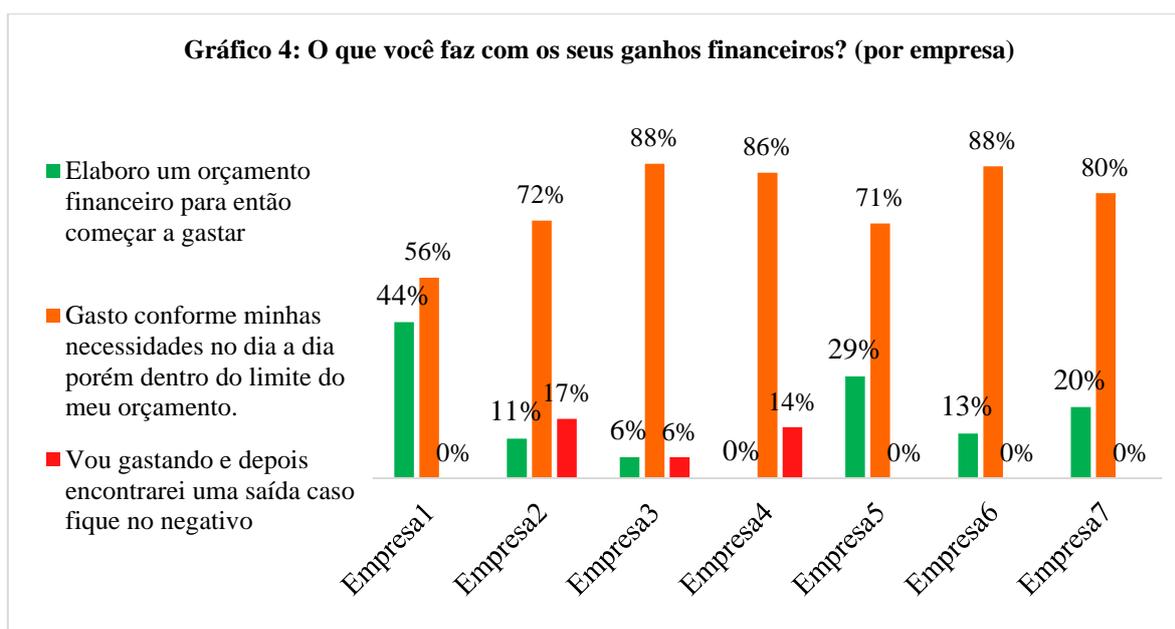


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Quando perguntados sobre como gastam seus recursos financeiros, apenas 18% responderam que elaboram orçamento financeiro para então começarem a gastar e 77% responderam que gastam conforme as necessidades do dia a dia, porém dentro do limite do orçamento (gráfico 3). Destaque para a empresa 4, em que nenhum dos participantes respondeu elaborar orçamento financeiro (gráfico 4). Já a empresa 1 apresenta o melhor resultado, embora o índice de respondentes que gastam conforme as necessidades do dia a dia dentro do orçamento seja maior do que o índice de respondentes que elaboram orçamento antes de começar a gastar.

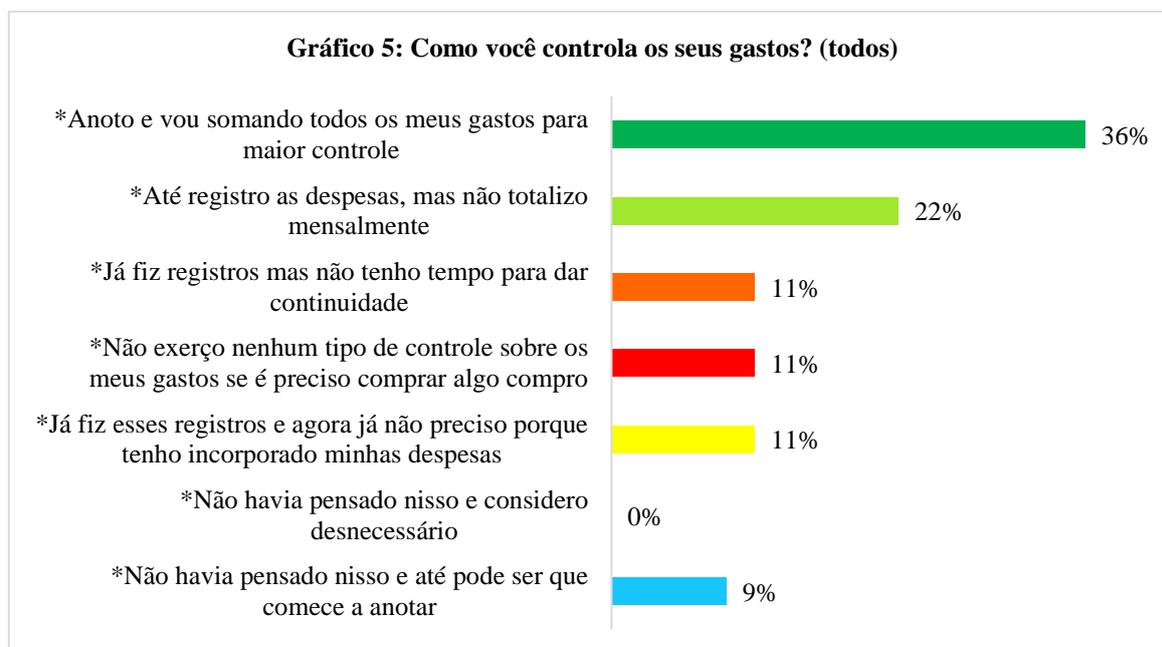


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

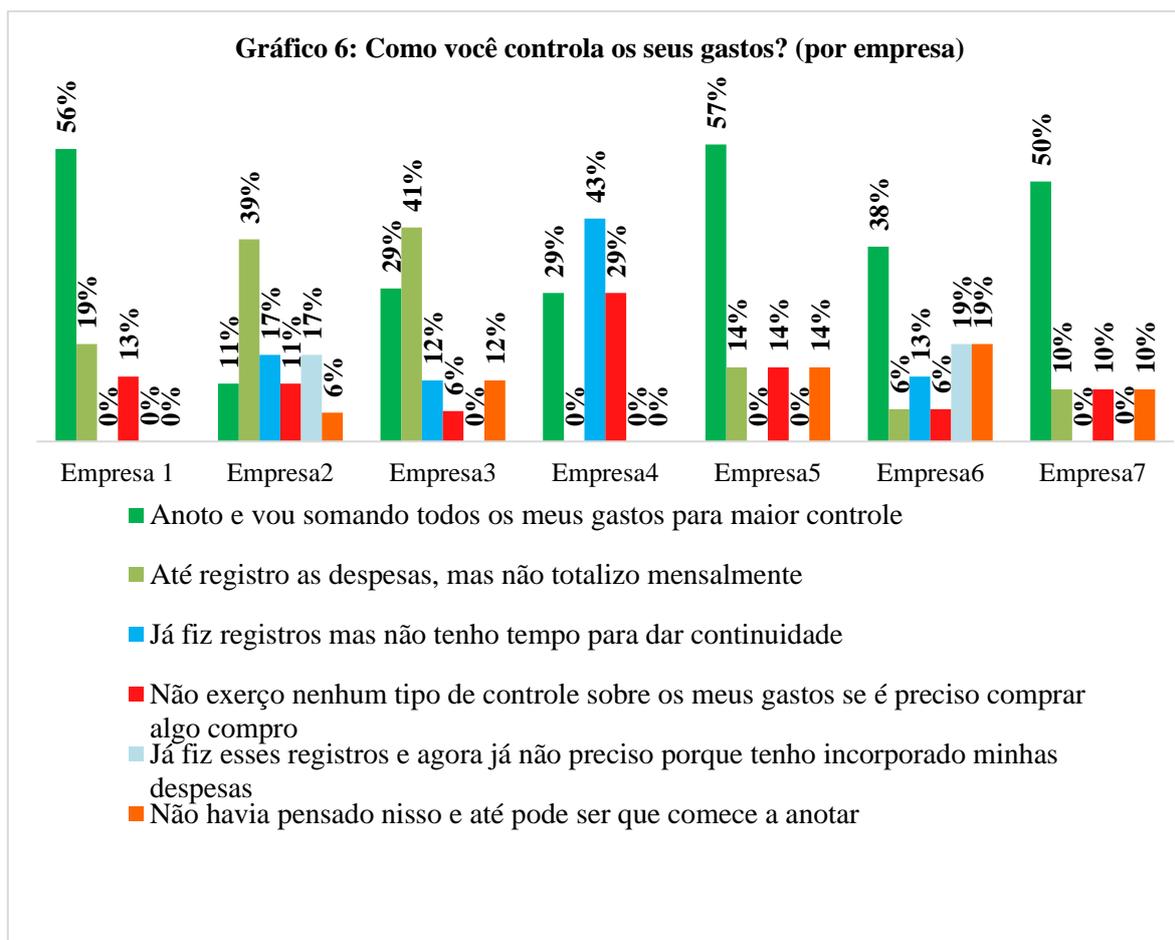
Já referente ao controle de gastos, apenas 36% responderam que anotam e somam todos os gastos para terem maior controle sobre eles e 22% fazem o registro, mas não totalizam no final do mês. Apenas 11% declararam não exercer controle sobre os seus gastos (gráfico 5).



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Nas empresas 1, 5 e 7 (gráfico 6), mais da metade dos respondentes anotam seus gastos para terem maior controle das suas finanças, enquanto que na empresa 4 mais de 28% disseram não exercer nenhum controle de seus gastos, o que pode trazer prejuízos na organização das finanças e os torna mais vulneráveis em momentos de imprevistos financeiros.

A forma de pagamento mais utilizada pelos respondentes é em dinheiro seguida pelo pagamento no débito em conta, que juntos representam 59% das formas de pagamento mais escolhidas. Na sequência, 16% preferem o pagamento por cartão de crédito em pagamento único, enquanto 14% responderam preferir parcelar no cartão de crédito pelo máximo de parcelas sem juros que a loja oferecer e 5% preferem parcelar mesmo com a incidência de juros. Ainda, 2% utilizam carnê da loja e nenhum participante sinalizou utilizar cheque. O resultado corrobora com o apresentado por uma pesquisa realizada pelo BCB em 2018, em que a maioria (60% dos brasileiros) prefere pagar as contas em dinheiro.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Ao serem questionados sobre os fatores que são considerados para a tomada de decisão quanto à forma de pagamento, as principais respostas foram:

- (1) “Considero, se no dinheiro for mais barato ou se terá desconto eu pago (à vista), se não houver diferença pago no débito (cartão)” (Respondente 5).
- (2) “Levo em consideração quanto ainda tenho no cartão, na conta e no bolso, e sempre pago pensando que com o meio de pagamento que não foi escolhido posso gastar em outras coisas” (Respondente 33).
- (3) “A menos que seja algo necessário, não utilizo o cartão, somente em compras na *internet*. O resto é no débito ou dinheiro” (Respondente 91).

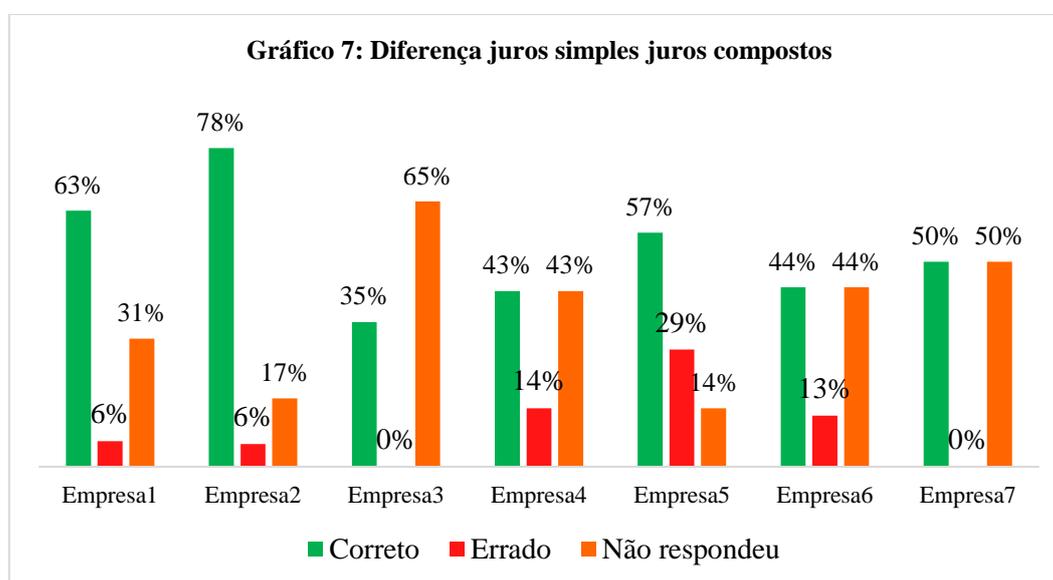
O conceito de juros está presente nas relações financeiras e entender como funcionam é imprescindível para o exercício dos fundamentos da Educação Financeira. Saber diferenciar juros simples de juros compostos é fundamental, tanto para selecionar a melhor opção no financiamento de uma dívida, quanto para calcular os rendimentos de um investimento ao longo do tempo. A respeito da diferença desses tipos de juros, apenas 54% responderam corretamente, enquanto 46% responderam incorretamente, ou não responderam. As principais respostas foram:

(1) “Basicamente o juro simples é o juro que vem da parcela, ele se dá e pronto. Já o juro composto trata dos juros em cima dos juros, sendo somado no juros que já foi aplicado assim vai” (Respondente 43).

(2) “Simples: uma taxa sobre o montante inicial, sendo que essa taxa se altera. Composto: uma taxa sobre o montante atual que está sempre se atualizando a cada espaço de tempo” (Respondente 59).

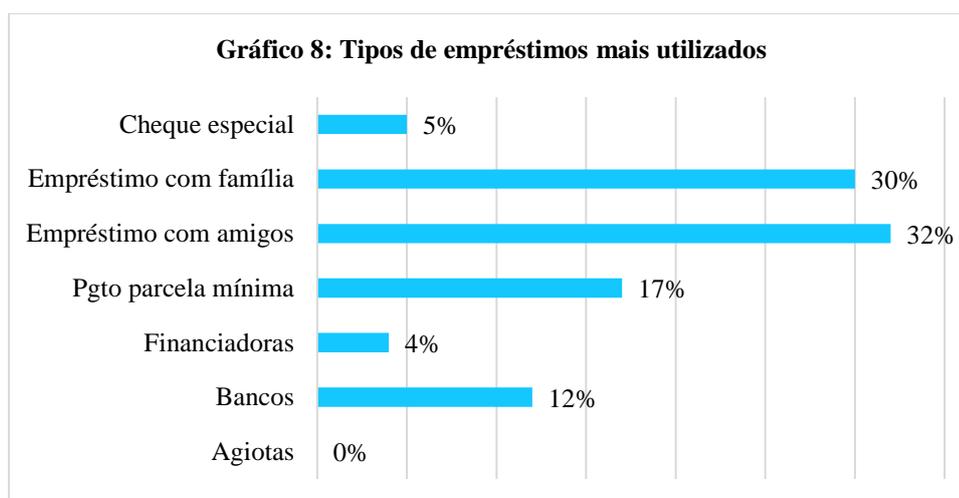
(3) “Juros simples é os juros aplicado sobre o valor inicial e juros composto é o juros aplicado sobre o novo valor com juros” (Respondente 86).

O gráfico 7 mostra os resultados da pergunta da diferença entre os juros simples e compostos.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Quanto a utilização de empréstimos, 82% responderam que não fazem uso desse recurso. Entretanto, na pergunta seguinte, em que foi solicitado que eles marcassem as formas de empréstimo mais utilizadas por eles, 38% assinalou alguma opção. Desses, 62% responderam que utilizam mais o empréstimo informal com família e amigos, enquanto 17% utilizam a parcela mínima do cartão, 12% fazem empréstimos em bancos. Nenhum dos respondentes assinalaram a opção de empréstimo com agiota. O gráfico 8 mostra o resultado da resposta a esta questão.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, n.d.), “consumidor consciente é aquele que leva em conta, ao escolher os produtos que compra, o meio ambiente, a saúde humana e animal, as relações justas de trabalho, além de questões como preço e marca”. No presente estudo, 46% dos participantes se consideram consumidores conscientes, 47% responderam que depende da situação, do produto e do momento, e 7% declararam não serem consumidores conscientes. No momento das compras, 63% dos respondentes se consideram “Controlado”, enquanto 32% se definem como “Influenciável” ou “Impulsivo” e 4% não souberam responder.

Considerações finais

Neste artigo objetivou-se auferir os conhecimentos dos empresários juniores da UESC sobre a Educação Financeira. Em resposta a questão problema, os resultados mostram que os empresários juniores que integram empresas mais voltadas para a gestão empresarial, em que realizam serviços como estruturação financeira, análise de investimentos, dentre outros serviços relacionadas a finanças, e demais empresas relacionadas às áreas das ciências exatas apresentaram resultados de melhor percepção financeira. Esses planejam suas contas com mais frequência e tendem a ser mais ponderados na utilização de crédito, preferindo realizar seus pagamentos em dinheiro ou utilizando o cartão de débito.

Uma dificuldade identificada em todas as empresas participantes é com o controle dos gastos. A justificativa predominante para a não realização deste controle é a de falta de tempo para registrar ou, quando o fazem, não conseguem totalizar no final do mês. Sobre a diferenciação dos juros simples e compostos, quase a metade não respondeu ou respondeu de forma equivocada, mostrando falta de familiaridade com um dos termos financeiros mais utilizados em negociações para financiamento e oportunidades de investimento.

Os resultados da pesquisa mostram que a vivência em um ambiente que trabalha com linguagem financeira tanto na execução dos projetos quanto na gestão da própria empresa, agrega algum conhecimento sobre finanças. Se destacaram pela diferença entre as empresas os empresários voltados à gestão empresarial, que apresentaram na média resultados mais satisfatórios. Conclui-se que as atividades das empresas juniores têm reflexo na gestão financeira pessoal dos empresários juniores e que, a depender da área de atuação, esse reflexo é maior. Para pesquisas posteriores, sugere-se a ampliação do estudo com a participação de outros graduandos que não fazem parte das empresas juniores, a fim de buscar um comparativo de resultados entre esses públicos.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Série Cidadania Financeira**: estudos sobre educação, proteção e inclusão. 5ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

_____. **O Brasileiro e sua relação com o dinheiro - 2018**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cedulasemoedas/pesquisabrasileiro/dinheiro/Apresentacao_brasileiro_relacao_dinheiro_2018.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

_____. **Projeto Aprender Valor é implementado no Pará - 2019**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/396/noticia>>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**. Vida e dinheiro. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 12 de julho de 2020.

_____. **Lei 13.267, de 6 de abril de 2016**. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13267.htm>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

BRASIL JÚNIOR - Confederação Brasileira de Empresas Juniores (2015). **Conhecendo o MEJ - Livro I**. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/crej/files/2012/09/DNAJu %CC%81nior-Livro-I-Conhecendo-o-MEJ.pdf>>. Acesso em: 3 de abril de 2021.

CARVALHO, L. A.; SCHOLZ, R. H. “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: Cenário Da Educação Financeira no Cotidiano Escolar. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v.6, n .2, p. 102-125, Janeiro/Abril 2019. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/RBGI/article/view/5817/pdf>>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

CARVALHO, M. G. Endividamento das Famílias no Brasil: Aspectos Econômicos e Financeiros. **Revista Faete**, p. 1-15, 2016. Disponível em: <<http://faete.edu.br/papers/31>>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

_____. **Dinheiro: os segredos de quem tem**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e inadimplência do Consumidor (PEIC) – dezembro de 2020**. Disponível em: <<http://stage.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-7>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2021.

Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL); Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). **Em cada dez brasileiros, sete não conseguiram poupar dinheiro em agosto, revela indicador CNDL/SPC Brasil**. Disponível em: <<https://site.cndl.org.br/em-cada-dez-brasileiros-sete-nao-conseguiram-poupar-dinheiro-em-agosto-revela-indicador-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

GUERRA, L. C. [1926]. **O Homem Mais Rico da Babilônia**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

IVO, G. A.; CRUZ, D. B. F.; CCHINELATO, F. B.; ZIVIANI, F. A expansão do crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico. **Gestão e Regionalidade**, v. 32, n. 95, p. 160-174, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Mais Futuro**. Disponível em: <<http://maisfuturo.educacao.ba.gov.br/permanencia>>. Acesso em: 25 maio de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Quem é o consumidor consciente**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/consumo-consciente-de-embalagem/quem-e-o-consumidor-consciente.html>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

MARQUES, É. V.; CORREA NETO, J. F. **Gestão Financeira Familiar: como as empresas fazem.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE); COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira.** São Paulo: OCDE/CVM, julho 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005.pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005.pdf)>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

PIRES, V. **Finanças Pessoais Fundamentos e Dicas.** Piracicaba: Equilíbrio, 2007.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da Educação Financeira. **RAP Rio de Janeiro**, 41(6), p. 1121-41, nov./dez. 2007.

SERASA. **Entenda o que é crédito e como usá-lo a seu favor.** Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/o-que-e-credito/>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

SILVA, A. J.; PAIXÃO, R. B; MOTA, F. L. Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. **In: Anais do XXI Congresso brasileiro de custos.** Natal, 2014.